

O TEMPO DA POLÍTICA E O TEMPO DO CLIMA: ENTRE A URGÊNCIA AMBIENTAL E OS LIMITES DA POLÍTICA REPRESENTATIVA

JÉSSICA SEABRA DE OLIVEIRA ALVES¹; GUILHERME CAMARGO MASSAU²;

¹ Universidade Federal de Pelotas – jessicaadvalves@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – uassam@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A crise climática representa um dos maiores dilemas contemporâneos para a humanidade, pois exige respostas urgentes em um cenário marcado pela incerteza científica, pela complexidade técnica e pela necessidade de ação coordenada em múltiplos níveis de governança (IPCC, 2023). Nesse contexto, a democracia eleitoral é frequentemente colocada sob escrutínio, sendo acusada de ineficiência e lentidão diante da gravidade do problema ambiental.

Há quem defenda que as democracias não têm sido capazes de manejar o desafio climático, razão que justificaria a adoção de alguma espécie de “ambientalismo autoritário” ou “ecoautoritarismo”, como vem sendo testado de forma contraditória na China (LACAVA; BARRETO; PIRES, 2025).

A democracia eleitoral, além de focar no curto prazo, é frequentemente criticada por sua lentidão inerente, o que a torna ineficaz diante da urgência da crise climática. O processo democrático, baseado em deliberações, negociações e concessões, exige tempo, permitindo que as políticas sejam constantemente discutidas e alteradas por diferentes coalizões.

Esse “descompasso estrutural” entre a natureza urgente e inflexível da mudança climática e a morosidade e necessidade de negociação da democracia cria um dilema, já que a crise exige respostas rápidas que o sistema democrático, em sua essência, pode ter dificuldade em fornecer. No entanto, alguns pesquisadores argumentam que a lentidão democrática é compensada pela qualidade das decisões e, principalmente, pela legitimidade que estas adquirem perante os cidadãos, um fator que pode ser decisivo para o sucesso das políticas climáticas em contraste com abordagens autoritárias (LACAVA; BARRETO; PIRES, 2025).

O debate sobre os limites democráticos na gestão do clima adquire especial relevância em países como o Brasil, cuja matriz energética, biodiversidade e posição geopolítica colocam o país no centro da agenda climática global. Entretanto, a baixa qualificação técnica de mandatários e a dificuldade em consolidar políticas consistentes revelam fragilidades institucionais que comprometem a efetividade de estratégias de longo prazo.

Este trabalho busca analisar criticamente a relação entre democracia representativa e crise climática, com foco nos dilemas estruturais que emergem do confronto entre a urgência ambiental e os limites da política democrática contemporânea.

2. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e analítico-interpretativa, com base em revisão bibliográfica interdisciplinar, articulando literatura de ciência

política, teoria democrática e estudos de governança climática. A proposta é discutir a influência da política democrática na crise climática, a partir dos apontamentos da literatura nacional e internacional sobre o assunto, assim foram selecionados artigos científicos, relatórios internacionais e obras de referência, com ênfase nos trabalhos que discutem os limites institucionais das democracias diante de problemas globais de longo prazo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há críticas referentes à capacidade da democracia de enfrentar a crise climática, que reside especialmente na ideia de que os representantes eleitos não possuem a qualificação técnica necessária para lidar com um problema tão complexo. Ocorre que, ao invés de basear-se em conhecimento científico e especializado, as decisões sobre o clima são tomadas por políticos que podem não ter a competência técnica exigida (LACAVA; BARRETO; PIRES, 2025).

Essa perspectiva é complementar a uma visão de que o problema começa no próprio processo eleitoral, pois o eleitorado, em geral, é considerado incapaz de compreender a seriedade e a complexidade da crise climática, o que leva à eleição de representantes que também não estão preparados para a tarefa¹. Como resultado, os parlamentos e órgãos legislativos se tornam espaços onde as decisões sobre o clima são gerenciadas de forma inadequada, por um corpo político desqualificado para enfrentar os desafios ambientais urgentes (LACAVA; BARRETO; PIRES, 2025).

Nesse cenário, outro ponto que se mostra importante na gestão da crise climática se dá em razão dos seus ciclos eleitorais curtos, onde políticos, que priorizam a reeleição, têm pouco incentivo para adotar medidas impopulares cujos benefícios só se manifestarão no longo prazo, ou seja, após o término de seus mandatos. Essa lógica de priorizar resultados econômicos e sociais imediatos dificulta a implementação de políticas climáticas abrangentes e de longo alcance, necessárias para enfrentar o desafio das mudanças do clima².

No entanto, apesar de críticas, a democracia continua a oferecer vantagens importantes. Pois, decisões legitimadas pelo debate público e pela representação cidadã tendem a ter maior aceitação social e, portanto, mais chances de implementação duradoura (Habermas, 1996). Nesse sentido, a morosidade democrática pode ser reinterpretada como um fator de robustez, ao conferir legitimidade às políticas ambientais em contraste com regimes autoritários, cuja eficácia inicial pode ser comprometida pela ausência de engajamento social.

No que se refere ao Brasil, este se destaca por seu potencial estratégico na transição para uma economia verde, graças a seus recursos naturais abundantes, vasta biodiversidade, e por ser pioneiro em biocombustíveis, com uma matriz energética predominantemente limpa. No entanto, para que o país aproveite essa posição singular e se consolide como exportador de soluções de baixo carbono, a democracia brasileira deve superar seus desafios internos. É essencial que suas esferas políticas reconheçam e se alinhem com as urgências climáticas, uma

¹ ITS. Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros. 2020. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros-2020/>

² RAPS. A agenda do clima no Congresso Nacional: Uma pesquisa sobre opinião e comportamento dos parlamentares brasileiros. 2021. Disponível em: <https://www.raps.org.br/biblioteca/page/4/>

tarefa complexa em um país de proporções continentais, mais de 200 milhões de habitantes, com alta diversidade entre as regiões e desigualdades sociais, fatores que se refletem em um Congresso desafiador e em pontos de veto que dificultam o avanço das políticas climáticas necessárias.

4. CONCLUSÕES

O estudo revela que a democracia eleitoral enfrenta obstáculos estruturais para a gestão eficaz da crise climática, relacionados à baixa qualificação técnica de representantes, ao curto prazo eleitoral e à lentidão decisória. Contudo, a legitimidade e a capacidade inclusiva da democracia permanecem como diferenciais fundamentais para o sucesso de políticas climáticas de longo prazo. O desafio reside em aprimorar mecanismos de participação e accountability, bem como em promover maior engajamento e capacitação técnica das lideranças políticas.

No caso do Brasil, consolidar uma agenda climática requer superar a fragmentação institucional e alinhar interesses políticos de curto prazo com a urgência de uma transição socioecológica de longo alcance. Somente assim será possível conciliar democracia, desenvolvimento e sustentabilidade no enfrentamento da crise climática.

Além disso, a relevância deste trabalho reside na sua contribuição para o aprofundamento do debate sobre os dilemas entre democracia e crise climática, tema que ainda carece de análises integradas no contexto brasileiro. A originalidade da reflexão está em articular a dimensão institucional da democracia representativa com os desafios da governança climática. Não se pretende aqui oferecer um mapeamento exaustivo dos entraves do sistema, tampouco esgotar as complexas interfaces entre política, técnica e crise climática. Ao contrário, o propósito é lançar bases críticas e analíticas que incentivem o avanço da discussão, de modo a estimular novos estudos e práticas capazes de alinhar a urgência ambiental com a legitimidade democrática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA MOTTA VEIGA, Pedro; RIOS, Sandra Polónia. **Os sistemas de comércio de emissões no mundo e no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2023/12/Breves-131-Sistema-de-Comercio-de-Emissoes-e-o-Brasil.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Entre fatos e normas: Contribuições para uma teoria do discurso do direito e da democracia**. John Wiley & Sons, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4SK1CgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=HABERMAS,+J.+Between+Facts+and+Norms:+Contributions+to+a+Discourse+Theory+of+Law+and+Democracy.+Cambridge:+MIT+Press,+1996.&ots=4zm8JbRZay&sig=3LAAQO94pDxFnpAAPxD6CCd71-l#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 abr. 2025.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LACAVA, Luiza Veronese; BARRETO, Marina Shlessarenko Fraife; PIRES, Mônica Sodré. **Crise climática e crise da democracia? Um mapeamento dos desafios para as democracias em um mundo que aquece.** Journal of Democracy em Português, Volume 13, Número 1, 2024. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/arquivos/jod/mai24/5-crise-climatica-e-crise-da-democracia-um-mapeamento-dos-desafios-para-as-democracias-em-um-mundo-que-aquece.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SEIFERT JR, Carlos Alberto; STEIN, Guilherme de Queiroz; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Entre Polis e Phisys: A democracia como problema e como solução da crise climática.** 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/mgK9mNbGBWvYKSQxBWYTpnr/?lang=pt&utm_source=researcher_app&utm_medium=referral&utm_campaign=RESR_MRKT_Researcher_inbound. Acesso em: 05 ago. 2025.